



**55º Concurso Público para ingresso na carreira de
Juiz Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO UM****Direito Civil**

<p>1. A hipoteca</p> <p>(A) poderá ter como objeto navios e aeronaves.</p> <p>(B) impede o proprietário de alienar o imóvel sobre o qual está constituída.</p> <p>(C) não poderá ter como objeto bens que não sejam de propriedade do devedor.</p> <p>(D) não poderá ser constituída para garantia de dívida futura.</p> <p>(E) cancela, a partir de seu registro, necessariamente, todos os ônus reais constituídos e registrados anteriormente.</p>	<p>5. NÃO constitui direito do credor pignoratício</p> <p>(A) ter a posse da coisa empenhada.</p> <p>(B) apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontra em seu poder.</p> <p>(C) promover a venda antecipada, mediante prévia autorização judicial, sempre que haja receio fundado de que a coisa empenhada se perca ou deteriore.</p> <p>(D) ressarcir-se do prejuízo que houver sofrido por vício da coisa empenhada.</p> <p>(E) ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.</p>
<p>2. Renato, Messias e Augusto são proprietários de frações ideais iguais de uma casa, por força de sucessão de seu pai. Augusto pretende doar sua fração a Conceição, que foi uma enfermeira muito dedicada a seu pai, por muitos anos. Neste caso</p> <p>(A) Augusto deve oferecer a Renato e Messias sua fração ideal antes de doá-la a Conceição, sob pena de nulidade da doação.</p> <p>(B) Renato e Messias têm preferência na aquisição da fração ideal de Augusto e podem anular a doação por terem sido preteridos.</p> <p>(C) tendo Renato e Messias frações iguais, poderá haver a fração de Augusto aquele que depositar primeiro o preço.</p> <p>(D) tendo Renato e Messias frações iguais, poderá haver a fração de Augusto aquele que depositar valor maior.</p> <p>(E) não há direito de preferência em favor de Renato e Messias no caso em testilha.</p>	<p>6. No que se refere à classificação dos bens, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. O uso comum dos bens públicos pode ser retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.</p> <p>II. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.</p> <p>III. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>
<p>3. O TITULAR é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa objeto do contrato, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos. O TITULAR constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo OUTRO CONTRATANTE.</p> <p>O TITULAR e o OUTRO CONTRATANTE dos quais trata a sentença acima são, respectivamente, o</p> <p>(A) locatário e o locador.</p> <p>(B) usufrutuário e o nu proprietário.</p> <p>(C) comodatário e o comodante.</p> <p>(D) depositário e o depositante.</p> <p>(E) mandatário e o mandante.</p>	<p>7. O regime da separação de bens obrigatória no casamento</p> <p>(A) é escolhido através de manifestação no pacto antenupcial.</p> <p>(B) aplica-se à pessoa maior de sessenta anos.</p> <p>(C) importa na comunicação de todos os bens futuros dos cônjuges.</p> <p>(D) exclui da comunhão apenas os bens anteriores ao casamento.</p> <p>(E) prescinde da celebração de pacto antenupcial.</p>
<p>4. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de</p> <p>(A) três anos, no caso de erro.</p> <p>(B) cinco anos, no caso de fraude contra credores.</p> <p>(C) dois anos, a contar da data da conclusão do ato.</p> <p>(D) três anos, a contar da data da conclusão do ato.</p> <p>(E) cinco anos, contados da data da conclusão do ato.</p>	<p>8. O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por, contanto que o faça; os atos de defesa não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.</p> <p>Com relação à autotutela da posse, a alternativa que preenche os espaços corretamente é:</p> <p>(A) meio de mandato de segurança – no prazo de cento e vinte dias.</p> <p>(B) meio de ação de reintegração de posse – no prazo de um ano e um dia.</p> <p>(C) meio de ação de manutenção de posse – no prazo de um ano e um dia.</p> <p>(D) sua própria força – logo.</p> <p>(E) meio de interdito proibitório – no prazo de um ano e um dia.</p>



<p>9. A venda de ascendente para descendente sem o expresso consentimento dos demais descendentes constitui</p> <p>(A) negócio jurídico nulo de pleno direito. (B) negócio jurídico anulável. (C) adiantamento de legítima. (D) negócio jurídico ineficaz. (E) sempre doação simulada.</p>	<p>14. De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações possessórias</p> <p>(A) é defeso ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos. (B) é lícito ao réu postular na contestação indenização pelos prejuízos resultantes de turbação ou esbulho cometido pelo autor. (C) é dispensada a citação do réu para comparecimento à audiência de justificação. (D) ordenada a justificação, o juiz dispensará a apresentação de contestação. (E) se o autor propuser uma ação em vez de outra, o juiz extinguirá o processo sem resolução de mérito.</p>
<p>10. O fato de não se ter verificado o risco, em previsão do qual se faz o seguro, não exime o segurado de pagar o prêmio.</p> <p>Tal afirmação corresponde a classificar o contrato de seguro como contrato</p> <p>(A) leonino, vedado por lei. (B) atípico. (C) aleatório. (D) preliminar. (E) simplesmente comutativo e unilateral.</p>	<p>15. No processo executivo,</p> <p>(A) proposta ação declaratória de inexigibilidade do título de crédito, o credor não poderá promover-lhe a execução. (B) reconhecida a fraude à execução, o juiz decretará a nulidade da alienação. (C) em havendo mais de uma penhora sobre o mesmo bem, o juiz determinará o levantamento das mais recentes. (D) o espólio responde pelas dívidas do falecido, mas, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas na proporção da parte que lhe cabe na herança. (E) não cabe determinação de emenda à inicial.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>11. De acordo com a Constituição Federal e com o Código de Processo Civil,</p> <p>(A) a competência, em razão do valor, do território e da matéria, poderá modificar-se pela conexão, a qual ocorre quando duas causas possuem, em comum, o objeto e a causa de pedir. (B) a conexão não pode ser conhecida de ofício. (C) a incompetência relativa deve ser arguida no âmbito de preliminar de contestação. (D) o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após o esgotamento das instâncias da justiça desportiva. (E) a justiça estadual é competente, em primeiro e segundo grau de jurisdição, para o julgamento das causas e recursos em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.</p>	<p>16. De acordo com o Código de Processo Civil, as nulidades</p> <p>(A) de uma parte do ato não prejudicarão as outras partes, que dela sejam independentes. (B) impõem a repetição do ato, mesmo que não tenham prejudicado as partes. (C) uma vez suscitadas, jamais podem ser relevadas. (D) quando disserem respeito à forma, podem ser requeridas inclusive pela parte que lhe deu causa. (E) devem ser alegadas na primeira oportunidade, sob pena de preclusão, para as partes e para o juiz, inclusive em relação àquelas que deva decretar de ofício.</p>
<p>12. De acordo com o Código de Processo Civil,</p> <p>(A) na pendência de recurso, não pode ser requerida a liquidação de sentença. (B) do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada pessoalmente. (C) nos processos sob procedimento sumário, é defesa sentença ilíquida. (D) a decisão que julga a liquidação de sentença tem natureza de sentença. (E) quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, realizar-se-á perícia contábil.</p>	<p>17. De acordo com o Código de Processo Civil, no procedimento sumário</p> <p>(A) a prova pericial deve ser requerida em audiência de conciliação, a ser designada no prazo de 30 dias. (B) o juiz decidirá, na audiência de conciliação, a impugnação ao valor da causa ou a controvérsia sobre a natureza da demanda. (C) verificada a necessidade de prova técnica de maior complexidade, o juiz extinguirá o processo sem resolução de mérito. (D) é lícito ao réu formular pedidos em seu favor, fundados, ou não, nos fatos referidos na inicial. (E) é admissível ação declaratória incidental.</p>
<p>13. De acordo com o Código de Processo Civil, no processo cautelar</p> <p>(A) cessa a eficácia da medida se, no prazo de 30 dias do ajuizamento da ação preparatória, a parte não propuser a ação principal. (B) é defeso ao juiz conceder medida liminar sem a oitiva prévia do réu. (C) é vedada a instrução probatória. (D) não há citação para apresentação de defesa. (E) o juiz pode dispensar a prestação de caução, quando do deferimento de liminar.</p>	<p>18. O juiz, de ofício,</p> <p>(A) poderá condenar em multa por litigância de má-fé. (B) conhecerá a litispendência, da convenção de arbitragem e da carência da ação. (C) condenará o réu a pagar compensação por danos morais, mesmo que o autor tenha requerido apenas indenização por danos materiais. (D) ordenará a citação do réu. (E) declarará em qualquer circunstância a incompetência relativa.</p>



<p>19. Na audiência de instrução e julgamento</p> <p>(A) o juiz pode dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não tenha comparecido ao ato.</p> <p>(B) as partes colhem diretamente as provas que lhe interessarem.</p> <p>(C) as perguntas à testemunha devem ser formuladas primeiro pelo autor, independentemente da parte que a tenha arrolado.</p> <p>(D) as perguntas indeferidas não necessitam ser transcritas no termo, mesmo que a parte o tenha requerido.</p> <p>(E) o interrogatório das partes não pode ser determinado de ofício.</p>	<p>23. São direitos básicos do consumidor:</p> <p>I. A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.</p> <p>II. O acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.</p> <p>III. A facilitação da defesa de seus direitos, com automática inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando caracterizada a relação consumerista.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, apenas.</p>
<p>20. Cabe agravo de instrumento contra</p> <p>(A) as decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(B) a decisão que, ao resolver impugnação ao cumprimento de sentença, extinguir a execução.</p> <p>(C) a sentença que extinguir o processo sem resolução de mérito.</p> <p>(D) a decisão que receber apelação apenas no efeito devolutivo.</p> <p>(E) as sentenças proferidas em execução fiscal de valor igual ou inferior a 50 ORTNs.</p>	<p>24. Sobre os contratos de consumo é correto afirmar:</p> <p>(A) As obrigações dos fornecedores de produtos e serviços surgem somente a partir da assinatura dos contratos definitivos, ou de sua conclusão verbal, quando for o caso.</p> <p>(B) Os contratos de consumo são interpretados isonomicamente, de acordo com as regras gerais de hermenêutica aplicadas às relações negociais privadas.</p> <p>(C) A garantia contratual é complementar à legal, é facultativa e será conferida mediante termo escrito.</p> <p>(D) Em relação ao direito de arrependimento, o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.</p> <p>(E) As cláusulas contratuais tidas por abusivas são, em regra, anuláveis, não podendo, por isso, ser objeto de exame judicial senão após iniciativa da parte em argui-las no processo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Consumidor</p> <p>21. Examine o enunciado seguinte, relativo ao Código de Defesa do Consumidor: "O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e artigo 48 de suas Disposições Transitórias".</p> <p>Este enunciado é</p> <p>(A) parcialmente verdadeiro, pois o Código estabelece realmente proteção ao consumidor, mas sem qualquer relação com as normas constitucionais mencionadas.</p> <p>(B) inteiramente falso, porque o tratamento legal no citado Código é isonômico entre o consumidor e o fornecedor de produtos e serviços, não havendo ainda qualquer integração com normas constitucionais.</p> <p>(C) inteiramente verdadeiro, em face da natureza protetiva das normas de defesa do consumidor e de sua integração às normas constitucionais citadas.</p> <p>(D) falso ao dizer que as normas protetivas ao consumidor são de ordem pública e interesse social, pois se trata na verdade de normas dispositivas e de interesse aos consumidores individualmente considerados.</p> <p>(E) parcialmente verdadeiro, porque o Código estabelece também proteção diferenciada aos fornecedores de produtos e serviços, vinculando-os às normas constitucionais citadas.</p>	<p>25. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço é</p> <p>(A) subjetiva, como regra, devendo ser apurada a culpa dos fornecedores de produtos e serviços, salvo quando estes e aqueles forem potencialmente nocivos aos consumidores.</p> <p>(B) objetiva, como regra, na modalidade do risco inerente à atividade exercida, com exceção da responsabilidade dos profissionais liberais, a ser apurada mediante aferição de culpa.</p> <p>(C) objetiva, como regra, na modalidade de risco integral e administrativo quando se tratar de serviços públicos ou prestados mediante concessão pública.</p> <p>(D) objetiva, sempre, na modalidade de risco atividade ou criado.</p> <p>(E) subjetiva, sempre, na modalidade de risco atividade ou criado.</p>
<p>22. NÃO faz parte das finalidades e princípios da Política Nacional de Relações de Consumo,</p> <p>(A) a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, visando à proteção dos consumidores e dos fornecedores de produtos e serviços.</p> <p>(B) o atendimento às necessidades dos consumidores, respeito à sua dignidade, saúde e segurança.</p> <p>(C) a proteção dos interesses econômicos dos consumidores, melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.</p> <p>(D) o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.</p> <p>(E) a racionalização e melhoria dos serviços públicos.</p>	



<p>26. Nas relações de consumo, a desconsideração da personalidade jurídica</p> <p>(A) depende sempre de conduta dolosa ou fraudulenta dos sócios e administradores da pessoa jurídica.</p> <p>(B) depende da atividade regular da pessoa jurídica, não se aplicando quando houver falência, estado de insolvência ou encerramento provocados por má administração.</p> <p>(C) poderá ocorrer sempre que a personalidade da pessoa jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de danos causados aos consumidores.</p> <p>(D) não ocorrerá em relação aos administradores das sociedades anônimas, por sua impessoalidade.</p> <p>(E) não ocorrerá em relação às sociedades coligadas, mas somente em relação às sociedades consorciadas e controladas.</p>	<p>29. Em relação à prescrição e decadência nas relações de consumo, é correto afirmar:</p> <p>(A) É obstada a decadência pela instauração de inquérito civil, até seu encerramento.</p> <p>(B) Os prazos são os mesmos previstos no Código Civil, tanto prescricionais como decadenciais.</p> <p>(C) Não existem causas interruptivas ou obstativas da decadência, embora haja em relação à prescrição.</p> <p>(D) Decai em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.</p> <p>(E) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento da reclamação enviada ao fornecedor do produto ou serviço.</p>
<p>27. No tocante às práticas abusivas nas relações de consumo,</p> <p>(A) é prescindível solicitação prévia para o envio ou entrega, ao consumidor, de qualquer produto, ou fornecimento de qualquer serviço.</p> <p>(B) é defeso vincular o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.</p> <p>(C) pode-se, como regra, executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização do consumidor, se este não os requereu expressamente.</p> <p>(D) remetido produto sem solicitação prévia do consumidor, este deverá manifestar sua recusa em dez dias, sob pena de aceitação tácita e pagamento do valor respectivo.</p> <p>(E) pode-se repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos, desde que o fornecedor o faça para empresa que exerça a mesma atividade que a por ele exercida.</p>	<p>30. No tocante à defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Embora nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos a sentença possa ser genérica, a execução deverá ser necessariamente individual, isoladamente por parte de cada vítima em relação a seus próprios prejuízos.</p> <p>(B) Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, a condenação será genérica em caso de procedência do pedido, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.</p> <p>(C) Nas ações coletivas de defesa de interesses individuais homogêneos, o Ministério Público atuará exclusivamente como fiscal da lei.</p> <p>(D) Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, a demanda será sempre proposta no domicílio deste.</p> <p>(E) Para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou difusos são admissíveis apenas as ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, com a possibilidade de cominação de multa diária e antecipação tutelar.</p>
<p>28. Analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Os fabricantes e importadores devem assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto perdurar a garantia do produto.</p> <p>II. O fornecedor de produtos ou serviços é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.</p> <p>III. Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p style="text-align: center;">Direito da Criança e do Adolescente</p> <p>31. Em relação ao Conselho Tutelar, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente,</p> <p>(A) podem os conselheiros destituir pais de crianças e adolescentes do poder familiar, comunicando o fato em seguida ao Poder Judiciário.</p> <p>(B) cabe-lhe resolver conflitos entre os pais de crianças e adolescentes, hipótese em que a decisão terá natureza jurisdicional, sujeita à revisão pelo Juiz da Infância e da Juventude da Comarca.</p> <p>(C) a escolha dos conselheiros tutelares é feita pelo Juiz da Infância e da Juventude da Comarca e referendada pelo Tribunal de Justiça Estadual.</p> <p>(D) cabe-lhe promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.</p> <p>(E) a definição do procedimento de escolha dos conselheiros tutelares cabe à lei federal, realizando-se sob responsabilidade do Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização ministerial.</p>



<p>32. Analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária ou do representante ministerial competentes.</p> <p>II. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos, bem como não deverá ser submetido à identificação compulsória se identificando civilmente, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.</p> <p>III. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão de imediato comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II, apenas. (B) I e III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>35. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o princípio da responsabilidade primária e solidária do poder público</p> <p>(A) significa que o mesmo deve atuar de forma responsável no âmbito da prevenção primária de violações dos direitos da criança e do adolescente em parceria com a família e a comunidade.</p> <p>(B) implica que as pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes.</p> <p>(C) significa que o Estado, antes da família e da sociedade, tem o dever de garantir os direitos da criança e do adolescente.</p> <p>(D) diz respeito à obrigação do Estado de pautar-se pelo ideal universal de solidariedade humana no cuidado com crianças e adolescentes.</p> <p>(E) implica no reconhecimento de que as três esferas de governo são solidariamente responsáveis pela plena efetivação dos direitos assegurados à criança e ao adolescente.</p>
<p>33. Com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o poder público, entre outras ações,</p> <p>(A) estimulará novas propostas referentes ao calendário escolar.</p> <p>(B) instituirá, preferencialmente, salas especiais para crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem.</p> <p>(C) realizará o censo escolar e notificará os pais, por caber unicamente a estes tal zelo, para promoverem a matrícula e garantirem a frequência de seus filhos à escola.</p> <p>(D) garantirá a universalização do acesso ao ensino supletivo sempre que houver defasagem entre a idade do educando e a série a cursar.</p> <p>(E) estimulará a criação de turmas multisseriadas em escolas rurais e urbanas.</p>	<p>36. Segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm, entre outras, a obrigação de</p> <p>(A) dispor de instalações físicas necessárias ao atendimento odontológico dos internos.</p> <p>(B) manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos.</p> <p>(C) enviar relatórios trimestrais de evolução do caso à autoridade judiciária.</p> <p>(D) dispor de espaço adequado e humanizado para isolamento de adolescentes afastados do convívio com os demais.</p> <p>(E) oferecer assistência judiciária gratuita e integral aos adolescentes necessitados.</p>
<p>34. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o prazo de</p> <p>(A) seis meses de duração, no máximo, para a guarda provisória deferida em situações peculiares ou para suprir a falta eventual dos pais ou responsável.</p> <p>(B) sessenta dias, no mínimo, para o estágio de convivência em território nacional nos casos de adoção internacional.</p> <p>(C) trinta dias para o tutor nomeado por testamento, ou qualquer documento autêntico, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato.</p> <p>(D) três anos, no máximo, para permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento familiar.</p> <p>(E) noventa dias, no máximo, para o poder público providenciar a inclusão, nos programas de auxílio, orientação e apoio, de família com filho em acolhimento institucional.</p>	<p>37. Sobre o acesso de crianças e adolescentes a espetáculos públicos, dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, expressamente, que</p> <p>(A) a classificação indicativa da faixa etária adequada é dispensada para espetáculos ocasionais, quando então o acesso de crianças e adolescentes ao evento dependerá exclusivamente do que dispuser o alvará judicial.</p> <p>(B) nenhum espetáculo será apresentado sem aviso prévio de sua classificação indicativa de faixa etária adequada de público, salvo aqueles que integrem festas tradicionais da cultura local.</p> <p>(C) adolescentes desacompanhados dos pais ou responsável somente podem frequentar espetáculos públicos que disponham de alvará expedido pelo Conselho Tutelar.</p> <p>(D) os pais ou responsável têm o dever legal de proibir o ingresso de seus filhos em locais que promovam espetáculos inadequados à faixa etária deles, estando sujeitos à sanção administrativa aqueles que desrespeitarem a classificação indicativa.</p> <p>(E) as crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.</p>



38. José, suspeito da prática de ato infracional equiparado a tráfico de drogas quando tinha 17 anos, foi sentenciado, já com 18 anos de idade, ao cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses, cumulada com medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo prazo de um ano. A sentença está em desacordo com o que dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente no ponto em que aplica
- (A) medida em meio aberto em face de ato infracional equiparado a crime hediondo.
- (B) qualquer medida socioeducativa à pessoa que já completou dezoito anos.
- (C) duas medidas socioeducativas de natureza diversa em face da prática de um mesmo e único ato infracional.
- (D) medida de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo de um ano.
- (E) medida de liberdade assistida, pelo prazo mínimo de seis meses.

39. A regra de que a adoção somente pode ser deferida a candidato domiciliado no Brasil que estiver inscrito no cadastro de pessoas legalmente habilitadas a adotar tem como exceção, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, a hipótese de
- (A) os adotantes terem recebido a criança com anuência dos genitores formalizada perante a autoridade judiciária e na presença do Ministério Público.
- (B) tratar-se, o adotando, de adolescente que consente com o pedido.
- (C) apresentar o adotante certificação de idoneidade expedida por agência de apoio à adoção credenciada pela Autoridade Central Estadual.
- (D) ser formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade.
- (E) tratar-se, o adotando, de criança acolhida com a qual o adotante estabeleceu vínculo de afetividade por integrar programa oficial de apadrinhamento.

40. De acordo com a regra geral inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente, se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento de uma criança do convívio familiar, ele
- (A) instaurará, no âmbito do próprio Conselho, procedimento para aplicação de medida de proteção, notificando genitores a apresentarem defesa.
- (B) postulará ao juiz, fundamentadamente, a expedição de mandado de busca e apreensão caso os pais ou responsável não concordem em entregar a criança.
- (C) intervirá imediatamente, recolhendo a criança e encaminhando-a ao programa municipal de acolhimento institucional mais próximo da residência dos pais ou responsável.
- (D) conduzirá a criança e seus familiares ao plantão da equipe interprofissional de assessoria do Poder Judiciário, que avaliará o caso, propondo as medidas necessárias.
- (E) comunicará o fato ao Ministério Público, informando os motivos de seu entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

BLOCO DOIS**Direito Penal**

41. No tocante à pena de multa, correto afirmar que
- (A) consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos.
- (B) pode ser aplicada com exclusividade em substituição de privativa de liberdade na condenação superior a 1 (um) ano e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
- (C) a prescrição sempre ocorrerá em 2 (dois) anos.
- (D) não impede a concessão do *sursis*, se a única aplicada em condenação anterior.
- (E) pode ser aumentada até por quatro vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
42. Em relação aos crimes contra a administração pública, correto afirmar que
- (A) não há excesso de exação se o funcionário exigir contribuição social que sabe ou devia saber indevida.
- (B) tipifica o delito de tráfico de influência o ato de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (C) a pena é aumentada de 1/3 (um terço) na corrupção ativa, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário pratica ato de ofício infringindo dever funcional.
- (D) tipifica prevaricação deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- (E) atípica a conduta de provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de contravenção que sabe não se ter verificado.
43. Quanto às fases de realização do crime, correto afirmar que
- (A) há tentativa perfeita quando o agente realiza toda a fase de execução, mas o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (B) os crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão se consumam no momento do comportamento negativo.
- (C) punível a tentativa de contravenção penal.
- (D) no crime de concussão o recebimento da vantagem indevida exigida constitui requisito para a consumação.
- (E) admissível a tentativa nos crimes culposos.
44. A chamada prescrição retroativa
- (A) constitui modalidade de prescrição da pretensão executória, eximindo o condenado tão somente do cumprimento da pena.
- (B) é calculada pela pena máxima prevista em abstrato na lei para o crime.
- (C) constitui modalidade de prescrição da pretensão punitiva e independe do trânsito em julgado da sentença para a acusação ou do não provimento de seu recurso.
- (D) é calculada pela pena fixada em concreto e pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.
- (E) constitui modalidade de prescrição da pretensão punitiva e afasta futura reincidência.



45. No crime de furto,
- (A) se o agente for reincidente, inadmissível o reconhecimento da insignificância penal da conduta, com a consequente absolvição, segundo entendimento pacificado dos Tribunais Superiores.
 - (B) não há isenção de pena se praticado contra ascendente menor de sessenta anos, se qualificado o crime.
 - (C) incide a qualificadora da fraude quando esta antecede o apossamento da coisa e é a causa de sua entrega ao agente pela vítima.
 - (D) aplicável às figuras qualificadas o aumento de pena previsto para o chamado furto noturno.
 - (E) não incide a qualificadora do rompimento de obstáculo se a violência é exercida contra o próprio objeto do crime.
46. Na falsidade ideológica,
- (A) empregada, exclusivamente, como meio para a prática de outro crime, não há absorção pelo crime-fim.
 - (B) a pena só deve ser aumentada se o agente for funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo.
 - (C) por corresponder a crime formal, a consumação ocorre com a efetiva omissão de declaração que devia constar do documento ou da inserção de declaração falsa ou diversa, independentemente da provocação de prejuízo.
 - (D) o que se frauda é a própria forma do documento, alterada no todo ou em parte.
 - (E) incriminada apenas a omissão de declaração em documento público.
47. As causas de aumento ou de diminuição da pena
- (A) são fatores de acréscimo ou redução, com indicação certa do máximo e do mínimo da sanção, e incidem na primeira fase do cálculo.
 - (B) incidem na terceira fase do cálculo, mas não permitem que a sanção seja fixada acima ou abaixo dos patamares legais, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) são fatores de acréscimo ou redução, assinalados em quantidades fixas ou em limites percentuais, previstos apenas na parte geral do Código Penal.
 - (D) incidem na segunda fase do cálculo e permitem que a sanção seja fixada acima ou abaixo dos patamares legais.
 - (E) permitem que o juiz aplique um só aumento ou uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua, no caso exclusivo de concurso de causas previstas na parte especial do Código Penal.
48. No homicídio culposo na direção de veículo automotor,
- (A) é causa de aumento da pena a constatação de que dirigia o agente sob a influência de álcool.
 - (B) a pena de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor é substitutiva da sanção privativa de liberdade.
 - (C) a multa reparatória pode ser estabelecida em favor dos sucessores da vítima ou de entidade pública ou privada com destinação social.
 - (D) não incide a agravante, prevista no art. 298, III, do CTB, de o agente não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
 - (E) a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor deve durar, necessariamente, o mesmo período da pena privativa de liberdade.
49. O erro de tipo essencial e o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitáveis, excluem, respectivamente, a
- (A) tipicidade e a culpabilidade.
 - (B) punibilidade e a culpabilidade.
 - (C) tipicidade e a punibilidade.
 - (D) culpabilidade e a tipicidade.
 - (E) culpabilidade e a punibilidade.
50. No crime de estupro, a ação penal é
- (A) privada, em regra.
 - (B) pública incondicionada, se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos, ainda que ela ou seus pais possam prover as despesas do processo.
 - (C) sempre pública condicionada.
 - (D) pública incondicionada apenas se a vítima é menor de 14 (quatorze) anos ou pessoa vulnerável.
 - (E) sempre pública incondicionada.
- Direito Processual Penal**
51. NÃO está prevista na Constituição da República a
- (A) liberdade provisória sem fiança.
 - (B) restrição da publicidade dos atos processuais em razão da defesa da intimidade.
 - (C) comunicação da prisão, ao juiz, em vinte e quatro horas.
 - (D) identificação, ao preso, do responsável pelo seu interrogatório policial.
 - (E) criação dos juzgados especiais para infrações de menor potencial ofensivo, mediante procedimento oral e sumaríssimo.
52. Se o crime for processado mediante ação penal de iniciativa privada, a
- (A) instauração de inquérito policial interrompe o prazo para oferecimento da queixa.
 - (B) notícia de crime à autoridade policial interrompe o prazo decadencial.
 - (C) instauração de inquérito policial interrompe o prazo prescricional.
 - (D) instauração de inquérito policial suspende o prazo para oferecimento da queixa.
 - (E) notícia de crime à autoridade policial não interrompe o prazo prescricional.
53. De acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que
- (A) a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
 - (B) não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
 - (C) a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual e, nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo Tribunal de segundo grau.
 - (D) compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de Juizados.
 - (E) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benéfica.



54. No tocante às medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) caberá hipoteca de bens imóveis já transferidos pelo acusado a terceiros.
 - (B) o sequestro somente poderá ser embargado por terceiros.
 - (C) o sequestro de bens móveis só poderá ser decretado no curso da ação penal.
 - (D) o juiz autorizará somente a inscrição da hipoteca do imóvel ou imóveis necessários à garantia da responsabilidade.
 - (E) o sequestro será levantado apenas se o terceiro de boa-fé prestar caução.
-
55. Em relação à prisão preventiva e às medidas alternativas à prisão, é correto afirmar que
- (A) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
 - (B) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de setenta anos.
 - (C) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a três anos.
 - (D) admissível fiança em caso de prisão civil.
 - (E) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar para gestante a partir do sexto mês de gravidez, mesmo que não se trate de gravidez de alto risco.
-
56. Em relação à citação no processo penal, é correto afirmar que
- (A) se o acusado, citado por hora certa, não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
 - (B) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso o processo, mas não o curso do prazo prescricional.
 - (C) estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o interrogatório.
 - (D) o dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado a ele, mas não ao chefe de sua repartição, em respeito à garantia da intimidade.
 - (E) se o réu estiver preso, basta a sua requisição para apresentação em juízo, no dia e hora designados.
-
57. No que toca à correlação entre acusação e sentença,
- (A) o juiz, sem modificação da descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, mas neste caso deverá, antes, ouvir a defesa, no prazo de 5 dias.
 - (B) encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia, no prazo de 3 dias, e o defensor do acusado deverá então ser ouvido em igual prazo.
 - (C) o juiz, sem modificação da descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, mas neste caso deverá, antes, ouvir a defesa, no prazo de 3 dias.
 - (D) havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 5 testemunhas.
 - (E) o juiz, sem modificação da descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, e, neste caso, não há necessidade de ouvir acusação e defesa.
-
58. Em relação à Lei nº 9.099/95, é INCORRETO afirmar que
- (A) se a sentença for confirmada por seus próprios fundamentos no julgamento da apelação, a súmula do julgamento servirá de acórdão.
 - (B) da decisão de rejeição da denúncia, nos processos de competência do Juizado Especial, caberá recurso em sentido estrito.
 - (C) para o oferecimento da denúncia, é prescindível exame do corpo do delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
 - (D) o juiz pode limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
 - (E) na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral.
-
59. Em relação ao procedimento do júri, é correto afirmar que
- (A) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.
 - (B) os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.
 - (C) o Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, seu presidente e por quinze jurados que serão sorteados dentre os alistados, sete dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
 - (D) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao defensor nomeado ou constituído.
 - (E) na instrução no plenário, os jurados formularão perguntas diretamente ao acusado, depois da defesa.



<p>60. Em relação à interceptação das comunicações telefônicas, é correto afirmar que</p> <p>(A) pode ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal e na instrução processual penal.</p> <p>(B) o pedido para sua realização deve ser feito necessariamente por escrito.</p> <p>(C) é facultada a presença do acusado ou de seu representante legal no incidente de inutilização.</p> <p>(D) é admitida, quando o fato investigado constitui infração penal punida no máximo com pena de detenção, se for a única forma de se produzir a prova.</p> <p>(E) ainda que não interesse à prova, somente após o trânsito em julgado da sentença penal a gravação pode ser inutilizada, mediante decisão judicial.</p>	<p>65. Sobre a disciplina constitucional da previdência social é correto afirmar que</p> <p>(A) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal superior ao salário mínimo.</p> <p>(B) todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei complementar.</p> <p>(C) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.</p> <p>(D) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.</p> <p>(E) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei complementar.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os chefes de missão diplomática de caráter permanente.</p> <p>(B) os <i>habeas corpus</i> decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.</p> <p>(C) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> <p>(D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.</p> <p>(E) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>66. São inelegíveis para Presidente e Vice-Presidente da República</p> <p>(A) os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, até oito meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.</p> <p>(B) os que tenham exercido, nos oito meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.</p> <p>(C) os que, até oito meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.</p> <p>(D) os que tenham, dentro dos quatro meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social.</p> <p>(E) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até três meses anteriores ao pleito, sem direito à percepção dos seus vencimentos integrais.</p>
<p>62. Segundo a literalidade do art. 6º da Constituição, são direitos sociais, dentre outros,</p> <p>(A) a alimentação e a igualdade.</p> <p>(B) o trabalho e a função social da propriedade.</p> <p>(C) a moradia e a intimidade.</p> <p>(D) a segurança e a proteção à maternidade e à infância.</p> <p>(E) a assistência aos desamparados e a felicidade.</p>	<p>67. Escapa à competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral:</p> <p>(A) propor a criação de Tribunal Regional na sede de qualquer dos Territórios.</p> <p>(B) propor ao Poder Legislativo o aumento do número dos juizes de qualquer Tribunal Eleitoral, indicando a forma desse aumento.</p> <p>(C) responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político.</p> <p>(D) expedir as instruções que julgar convenientes à execução do Código Eleitoral.</p> <p>(E) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.</p>
<p>63. A classificação "ontológica" das Constituições (normativas, nominais e semânticas), radicada na relação das normas constitucionais com a realidade do processo do poder, é da autoria de</p> <p>(A) Hans Kelsen.</p> <p>(B) Carl Schmitt.</p> <p>(C) Karl Loewenstein.</p> <p>(D) Pontes de Miranda.</p> <p>(E) José Joaquim Gomes Canotilho.</p>	
<p>64. O processo legislativo disciplinado pela Constituição brasileira compreende, dentre outras espécies,</p> <p>(A) o decreto autônomo.</p> <p>(B) o decreto regulamentar.</p> <p>(C) a súmula vinculante.</p> <p>(D) a resolução.</p> <p>(E) a portaria.</p>	



68. Conforme a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97),
- a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de junho do ano da eleição.
 - ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, permitido o uso de rádio, televisão e *outdoor*.
 - no ano da eleição não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei, nem permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
 - na propaganda dos candidatos a cargo majoritário, deverão constar, também, o nome dos candidatos a vice ou a suplentes de Senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a vinte por cento do nome do titular.
 - não será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

69. Conforme a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97),
- a inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.
 - a decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em sessão até oito dias após a diplomação.
 - qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de oito dias da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.
 - até cento e vinte dias após a diplomação, os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente a suas contas.
 - a representação contra o descumprimento das vedações de condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais – impostas pela Lei da Eleições aos agentes públicos, servidores ou não – pode ser ajuizada até oito dias antes da diplomação.

70. Considere as seguintes condutas:
- Obter acesso a sistema de tratamento automático de dados usado pelo serviço eleitoral, a fim de alterar a apuração ou a contagem de votos.
 - Causar, propositadamente, dano físico ao equipamento usado na votação ou na totalização de votos ou a suas partes.
 - Usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreatas no dia da eleição.
 - Divulgar qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos no dia da eleição.
- Constituem crimes, puníveis com reclusão, de cinco a dez anos as condutas apresentadas APENAS em
- I e II.
 - I e III.
 - II e III.
 - III e IV.
 - I, II e IV.

BLOCO TRÊS**Direito Empresarial**

71. Sobre contratos mercantis, é correto afirmar:
- No arrendamento mercantil ou *leasing*, previsto em lei, o arrendador é necessariamente pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade anônima, controlada e fiscalizada pelo Banco Central, tendo o contrato por objeto bem móvel ou imóvel.
 - No contrato de franquia um empresário, denominado franqueador, detentor de marca ou produto, concede, mediante remuneração, o seu uso a outra pessoa, denominada franqueado, que a explorará mediante vínculo empregatício com o franqueador.
 - Os contratos de depósitos bancários restringem seu objeto a dinheiro com curso legal no país, não havendo a possibilidade de operações bancárias com o depósito de bens infungíveis, não pecuniários.
 - Na alienação fiduciária em garantia, é possível ao credor fiduciário ficar com o bem objeto do contrato como consequência contratual do inadimplemento do devedor fiduciante, com a perda por este das prestações eventualmente pagas.
 - O contrato de arrendamento mercantil, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é descaracterizado pela cobrança antecipada do valor residual garantido, tornando-se um contrato de compra e venda de execução imediata.
72. Em relação ao título de crédito ao portador, examine os enunciados abaixo.
- A transferência de título ao portador se faz por simples tradição.
 - O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante simples apresentação ao devedor, mas a obrigação não será devida se o título entrar em circulação contra a vontade do emitente.
 - O possuidor de título dilacerado, porém identificável, tem direito a obter do emitente a substituição do anterior, mediante a restituição do primeiro e o pagamento das despesas.
- Está correto o que se afirma em
- III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I, II e III.
 - I e III, apenas.
73. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que preencha o seguinte requisito:
- não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
 - exercer regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
 - não ter, há menos de três anos, obtido concessão de recuperação judicial.
 - não ter sido condenado por qualquer crime, doloso ou culposo, como devedor, administrador ou sócio controlador, nem protestado por títulos inadimplidos.
 - ser apenas de sua iniciativa o pedido, pois a recuperação judicial, sendo personalíssima, não poderá ser requerida por quaisquer herdeiros seus.



74. Na sociedade limitada

- (A) o capital social divide-se em ações, sempre iguais, cabendo à maioria o que dispuser o contrato social.
- (B) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
- (C) o contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- (D) é possível contribuição consistente em prestação de serviços, na integralização do capital social.
- (E) o sócio só poderá ceder suas quotas a outro sócio com a oitiva dos demais, ou a estranho, se metade mais um dos sócios não se opuserem, na omissão do contrato.

75. Em relação à sociedade anônima, examine os enunciados abaixo.

- I. Pode ser objeto da companhia, que será mercantil, qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- II. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos causados, quando proceder com culpa ou dolo dentro de suas atribuições ou poderes, ou com violação da lei ou do estatuto.
- III. O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

76. Em relação à atividade empresarial, é INCORRETO afirmar:

- (A) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.
- (B) Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- (C) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e subseqüente partilha, entre si, dos resultados.
- (D) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- (E) Não é impedimento do tratamento jurídico diferenciado às empresas de pequeno porte ou microempresas que participem delas do capital de outra pessoa jurídica ou que sejam constituídas sob a forma de cooperativas.

Direito Tributário

77. Sobre as imunidades tributárias, é correto afirmar:

- (A) Os templos de qualquer culto não são sujeitos passivos de IPTU, nem taxas incidentes sobre seus imóveis destinados ao culto, em virtude da imunidade para tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com as atividades essenciais.
- (B) É inconstitucional a incidência de contribuição de melhoria municipal sobre imóveis de domínio da União e dos Estados, em virtude da imunidade para tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com as atividades essenciais.
- (C) É inconstitucional a incidência de taxa de expediente pela emissão de certidão negativa de débitos expedida pelo Município, pois existe imunidade de taxa para obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (D) O patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, são isentos apenas do pagamento de impostos, em virtude de expressa disposição constitucional neste sentido.
- (E) As autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público são isentas do pagamento de IPVA incidente sobre veículos automotores de sua propriedade, bem como de IPTU incidente sobre os bens imóveis de sua propriedade, por expressa disposição constitucional excluindo o crédito tributário de impostos sobre seu patrimônio.

78. Em 25 de agosto de 2005 foi anulado em definitivo, por vício formal, crédito tributário de imposto com lançamento de ofício, por fato gerador ocorrido em 10 de maio de 1997, com notificação de lançamento em 15 de maio de 2002. Diante disso, o Fisco

- (A) não pode constituir novamente este crédito tributário, pois a anulação se deu por vício formal, sendo impossível constituí-lo novamente, já que fulminou a obrigação tributária na sua origem, por defeito no fato gerador.
- (B) não tem direito de constituir novamente este crédito, já que havia se operado a decadência do direito de lançar, por ter decorrido mais de cinco anos entre o período de ocorrência do fato gerador e a notificação válida ao sujeito passivo.
- (C) não tem direito de lançar novamente este crédito, já que havia se operado a prescrição, por ter transcorrido mais de cinco anos entre o período de ocorrência do fato gerador e a notificação válida ao sujeito passivo.
- (D) tem cinco anos a contar da data em que se tornou definitiva a decisão que anulou o crédito tributário, para constituí-lo novamente, já que o primeiro lançamento interrompeu o prazo decadencial.
- (E) tem cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador para lançar, mais cinco anos da notificação válida para cobrar o crédito tributário por execução fiscal; depois deste prazo se opera a prescrição, não sendo mais possível exigir o crédito tributário.



79. Considere os itens a seguir sobre sujeito passivo da obrigação tributária principal:

- I. O espólio não tem como se exonerar do cumprimento da obrigação relativa ao pagamento de tributos devido pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão; o mesmo vale para os sucessores a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, atendendo aos limites do quinhão, legado ou meação.
- II. O responsável tributário se exonera do cumprimento da obrigação relativa ao pagamento de tributo incidente sobre o imóvel, cujo fato gerador tenha ocorrido antes da aquisição do bem, desde que tenha sido apresentada prova de quitação dos tributos no momento da aquisição.
- III. O co-devedor solidário por crédito tributário decorrente de interesse comum no fato gerador pode se exonerar do cumprimento desta obrigação alegando benefício de ordem.
- IV. O arrematante que, em hasta pública, adquire bem imóvel é responsável tributário por todos os tributos incidentes sobre o imóvel, relativamente aos fatos geradores anteriores à arrematação, salvo se a arrematação se deu em sede de execução fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

80. O ICMS

- (A) é imposto de competência da União, mas a capacidade ativa para arrecadar e fiscalizar é dos Estados-membros.
- (B) não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
- (C) poderá ser cumulativo, compensando-se com o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado.
- (D) poderá ser seletivo em razão da destinação da mercadoria ou da natureza do serviço prestado.
- (E) é instituído por lei complementar, que define os fatos geradores, a base de cálculo e os contribuintes, além das alíquotas interestaduais e internas.

81. No caso de sucessão aberta no exterior, relativamente a bens imóveis deixados pelo *de cuius* nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia, a competência para exigência do ITCD será

- (A) inexistente, pois não há incidência deste imposto sobre a transmissão de imóveis quando o inventário está se processando no exterior.
- (B) de qualquer um dos três Municípios em que houver bens imóveis.
- (C) de qualquer um dos três Estados em que houver bens imóveis.
- (D) de cada um dos três Municípios, relativamente aos bens imóveis ali localizados.
- (E) de cada um dos três Estados, relativamente aos bens imóveis ali localizados.

82. Sobre as ações de iniciativa do contribuinte, é correto afirmar que

- (A) se o proprietário de um imóvel recebe notificação para pagar IPTU, mas é autuado por não ter recolhido o ITR sobre este mesmo imóvel, deverá ingressar com ação anulatória de débito fiscal para desfazer o lançamento do IPTU, já que o imposto de competência da União prevalece sobre o imposto de competência do Município.
- (B) se o contribuinte recolher um tributo indevidamente e só constatar o pagamento indevido após cinco anos do pagamento, terá perdido o direito de ingressar administrativamente com pedido de repetição do indébito, mas poderá ajuizar ação com o mesmo fim.
- (C) a ação declaratória de débito fiscal só tem cabimento enquanto não se opera a decadência do direito do Fisco de lançar para constituir o crédito tributário. Após o prazo de decadência ter se operado, só caberá ao contribuinte se defender em sede de execução fiscal, via embargos de execução.
- (D) se o contribuinte de um tributo for, ao mesmo tempo, credor de crédito líquido e certo vencido contra a mesma Fazenda Pública, poderá realizar a compensação nos termos de lei autorizativa do ente competente e, em havendo recusa por parte do Fisco em reconhecer a compensação, caberá ao contribuinte ingressar com ação cujo pedido será a declaração do direito de compensar.
- (E) se o Fisco se recusa a receber ou subordina o pagamento de um tributo ao recebimento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória, deve o contribuinte impetrar mandado de segurança, por ter direito líquido e certo de só pagar o valor do crédito tributário que entende devido.

Direito Ambiental

83. As regras que disciplinam a competência material para o licenciamento ambiental atribuem

- (A) à União a competência exclusiva para o licenciamento, que poderá ser delegada, mediante convênio, a órgãos dos estados ou dos municípios.
- (B) aos órgãos estaduais integrantes do SISNAMA a possibilidade de avocar a competência para licenciar atividades exercidas em mais de um estado-membro, desde que o façam todos os estados envolvidos.
- (C) ao IBAMA a competência para o licenciamento de atividades florestais ou realizadas em áreas de preservação permanente ou de reserva legal.
- (D) aos estados-membros a competência para licenciar atos que não sejam expressamente deferidos à União nem aos municípios.
- (E) ao CONAMA a competência para conhecer de recursos, em caráter ordinário ou extraordinário, interpostos sobre decisões de qualquer órgão de licenciamento ambiental integrante do SISNAMA.



84. A exploração de vegetação nativa e formações sucessionárias no Estado de Goiás
- (A) sempre dependerá de aprovação do órgão ambiental e da adoção de técnicas de condução, exploração, recondução florestal e manejo sustentado.
 - (B) dependerá de aprovação do órgão ambiental apenas nas hipóteses de intervenção em áreas de preservação permanente e reserva legal.
 - (C) é livre, cabendo prévia autorização nas hipóteses de risco de grave lesão ao meio ambiente.
 - (D) está sujeita à prévia apreciação do órgão ambiental nas hipóteses discricionariamente relacionadas em decreto do Poder Executivo.
 - (E) não depende de licença ambiental.
85. As condutas de matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre serão condutas típicas desde que
- (A) praticadas sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.
 - (B) delas resulte a mortandade de animais.
 - (C) decorrentes do exercício de caça profissional.
 - (D) praticadas contra espécie rara ou ameaçada de extinção.
 - (E) o local do crime seja unidade de conservação.
86. Com relação ao regime de outorga e cobrança pelo uso de recursos hídricos, é correto afirmar que
- (A) a sistemática existente baseia-se na classificação de corpos d'água oriunda do Código de Águas, por meio da qual as águas são divididas entre públicas e particulares.
 - (B) cada comitê de bacia hidrográfica definirá os usos de recursos hídricos que estarão sujeitos a outorga onerosa.
 - (C) os usos de recursos hídricos definidos em lei como suscetíveis de outorga deverão observar as prioridades dos Planos de Recursos Hídricos e estarão sujeitos a cobrança.
 - (D) não é admitida cobrança pela derivação ou captação de água para consumo final ou abastecimento público.
 - (E) o ato de outorga implica a transferência do direito de propriedade incidente sobre os corpos d'água, razão pela qual o seu procedimento equivale ao da licitação.
87. Considere as seguintes afirmações a respeito do instituto da concessão florestal, regulado pela Lei nº 11.284/06:
- I. Aplica-se a todas as florestas e formações vegetais de grande porte, o que exclui o bioma cerrado.
 - II. Aplica-se a florestas naturais ou plantadas, situadas em imóveis de titularidade da União, Estados ou Municípios.
 - III. As licitações para concessão seguirão a modalidade de concorrência e o critério de julgamento de melhor técnica e preço.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I.
 - (E) II.
88. Considere o seguinte trecho do plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV):
- “Criação de gado
- O último censo agropecuário aponta para predominância das áreas dedicadas à atividade pecuária nos estabelecimentos da região da Chapada dos Veadeiros. Apesar de ser uma atividade econômica usual no padrão histórico do uso da terra local e a maior porção ainda ocorrer em pastagens naturais, continuam a ser amplamente praticadas as tradicionais queimadas para estímulo à rebrota do capim, o que implica em conhecidos riscos ligados à perda de controle e propagação do fogo.*
- Nos últimos anos, a pastagem natural tem sido substituída por áreas de pastagens plantadas, o que implica em desmatamento e plantio de espécies exóticas de alto poder de proliferação. Ou seja, além de ocasionar impactos diretos, como a compactação do solo e ser potencialmente prejudicial à fauna silvestre, o aumento do efetivo bovino na região vem incrementar as causas de outras sérias ameaças à integridade do PNCV.*
- O PNCV possui apenas cerca de 35% de sua área cercada, o que possibilita o pastoreio do gado, criado de forma extensiva, principalmente em suas porções norte e nordeste.”*
- A respeito da situação de fato ali constatada, a legislação ambiental determina que
- (A) a prática de atividades econômicas dentro dos limites da unidade de conservação é juridicamente tolerada, desde que iniciada antes da implantação da unidade e que seja compatível com os objetivos da preservação.
 - (B) o plantio de espécies vegetais exóticas para fins de pastagens é permitido, independentemente de a área situar-se em unidade de conservação ou não, desde que seja obtida a licença ambiental do órgão competente.
 - (C) a utilização da área da unidade de conservação de uso sustentável, como é o PNCV, para pastoreio de gado de forma extensiva é permitida enquanto a unidade não for completamente demarcada.
 - (D) competirá ao plano de manejo da unidade de conservação de proteção integral apenas a disciplina das atividades proibidas nos limites da unidade.
 - (E) o desmatamento em unidade de conservação de proteção integral é conduta criminalmente tipificada e incompatível com os objetivos da unidade.
- Direito Administrativo**
89. Nos termos do Decreto-Lei Federal nº 25/1937, que dispõe sobre o tombamento,
- (A) não são passíveis de tombamento os bens naturais, a menos que tenham sido objeto de intervenção humana.
 - (B) os bens submetidos ao tombamento se tornam inalienáveis, ressalvada a possibilidade de alienação aos entes públicos em que estejam situados.
 - (C) o tombamento dos bens dos Estados e Municípios depende de requerimento destes ao organismo federal de preservação do patrimônio cultural.
 - (D) o proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma necessita, deve comunicar a circunstância ao organismo federal de preservação do patrimônio cultural, que deverá proceder à sua desapropriação no prazo de seis meses, sob pena de cancelamento tácito do tombamento.
 - (E) não são passíveis de tombamento as obras estrangeiras que estejam expostas à venda em galerias de arte.



<p>90. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Goiás (Lei Estadual nº 10.460/88),</p> <p>(A) dispensa o funcionário público civil ou militar de participar de curso de formação profissional para desempenho de novo cargo.</p> <p>(B) determina o desconto de 1/3 (um terço) do vencimento ou da remuneração diária do funcionário afastado por motivo de doença em pessoa de sua família, a partir de 30 (trinta) dias do início do afastamento.</p> <p>(C) permite a requisição de funcionários estaduais pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, sem ônus para o órgão requisitante, limitado o número de funcionários ao dobro da soma dos parlamentares goianos componentes das duas Casas do Congresso Nacional.</p> <p>(D) estatui a suspensão da contagem do tempo de serviço para efeito de apuração do quinquênio, em caso de licença para tratamento da própria saúde, por prazo superior a 90 (noventa) dias, consecutivos ou não.</p> <p>(E) autoriza a concessão de licença ao funcionário titular de dois cargos em regime de acumulação, que esteja matriculado em curso de doutorado, mestrado, de especialização, treinamento ou aperfeiçoamento profissional, a realizar-se fora da sede de sua lotação, desde que tal curso favoreça o aperfeiçoamento do funcionário no desempenho de pelo menos um dos cargos.</p>	<p>93. Órgão da Administração Estadual promoveu uma licitação na modalidade tomada de preços para compra de mobiliário escolar. Em razão de um contingenciamento orçamentário, passaram-se 90 (noventa) dias após a homologação do certame, sem que o órgão pudesse convocar o vencedor da disputa para celebrar o contrato. Após esse período, o contingenciamento orçamentário foi revogado, reabrindo-se a possibilidade de aquisição do material considerado necessário para as escolas estaduais. Nesse caso, a Administração Estadual deve</p> <p>(A) anular a licitação, visto que houve vício formal no procedimento.</p> <p>(B) convocar o vencedor da disputa, que não está obrigado a celebrar o contrato em face do tempo decorrido.</p> <p>(C) reiniciar a licitação a partir da fase de julgamento, convocando os licitantes a rerepresentar novas propostas, no prazo de 8 (oito) dias úteis.</p> <p>(D) revogar a licitação e promover a contratação direta, por dispensa, em face da urgência.</p> <p>(E) promover a desapropriação do mobiliário objeto da proposta do licitante vencedor, pagando como indenização o valor constante de sua proposta.</p>
<p>91. No exercício do poder de polícia exige-se que a Administração atue com observância do princípio da proporcionalidade, princípio esse que pode ser desdobrado em três elementos:</p> <p>(A) exigibilidade, coercibilidade e autoexecutoriedade.</p> <p>(B) materialidade, temporalidade e formalidade.</p> <p>(C) intensidade, extensão e correlação lógica.</p> <p>(D) necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito.</p> <p>(E) razoabilidade, segurança jurídica e individualização da sanção.</p>	<p>94. A Lei Federal nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo) veda</p> <p>(A) a defesa direta, em procedimentos acusatórios, sem a representação por advogado.</p> <p>(B) a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.</p> <p>(C) a realização de atos processuais fora da sede do órgão competente.</p> <p>(D) a delegação da edição de atos de caráter normativo.</p> <p>(E) o agravamento de sanção, em sede recursal.</p>
<p>92. As fundações instituídas pelo Poder Público e constituídas sob regime de direito privado NÃO estão sujeitas à</p> <p>(A) regra que impõe teto remuneratório constitucional aos servidores.</p> <p>(B) proibição de acumular cargos, empregos ou funções públicas.</p> <p>(C) tributação de seu patrimônio, de sua renda e dos seus serviços, que estejam vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(D) regra que determina o afastamento do servidor detentor de mandato eletivo federal, estadual ou distrital.</p> <p>(E) apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal pelo Tribunal de Contas pertinente à respectiva esfera federativa.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Agrário</p> <p>95. O direito agrário pode ser conceituado como</p> <p>(A) ramo autônomo da ciência que regula as relações jurídicas concernentes à propriedade, posse e uso da terra, com o objetivo de gerar justiça no campo por meio do cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>(B) conjunto de normas jurídicas relacionadas ao direito de propriedade rural.</p> <p>(C) ramo autônomo da ciência jurídica que disciplina os direitos reais relativos aos imóveis rurais.</p> <p>(D) parte do direito civil que se ocupa da propriedade rural.</p> <p>(E) ramo autônomo da ciência que regula as relações jurídicas concernentes à propriedade, posse e uso da terra, tendo por enfoque o aspecto patrimonial.</p> <p>96. A posse agrária</p> <p>(A) foi conceituada por Savigny.</p> <p>(B) configura-se apenas quando presente a intenção de ser proprietário.</p> <p>(C) diferencia-se da posse disciplinada pelo direito civil pela exigência de se tornar o imóvel rural produtivo.</p> <p>(D) foi conceituada por Ihering.</p> <p>(E) exige o contato físico com a coisa e a intenção de ser proprietário.</p>



97. O processo discriminatório de terras devolutas
- (A) somente pode ser judicial.
 - (B) tem por finalidade delimitar as terras devolutas, separando-as das terras com domínio definido.
 - (C) tem por finalidade outorgar a propriedade a terceiro de boa-fé.
 - (D) somente pode ser administrativo.
 - (E) tem por finalidade separar os títulos de domínio da União dos títulos de domínio dos Estados.

98. Sobre os contratos agrários, é INCORRETO afirmar:
- (A) O arrendatário ou o parceiro-outorgado tem direito à indenização por benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, estas desde que autorizadas, realizadas no imóvel rural.
 - (B) O arrendatário ou o parceiro-outorgado tem direito de retenção do imóvel enquanto não for indenizado pelas benfeitorias realizadas.
 - (C) Motivo de força maior que impossibilite a execução do contrato não pode ser considerado como causa de extinção dos contratos agrários.
 - (D) Os contratos agrários possuem cláusulas obrigatórias.
 - (E) É possível a substituição de uma área por outra dentro do prazo do contrato agrário.

99. A reforma agrária
- (A) compete à União, aos Estados e aos Municípios.
 - (B) exige desapropriação judicial sob o rito ordinário.
 - (C) exige desapropriação com justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (D) sempre atinge a pequena e média propriedade rural.
 - (E) isenta de impostos as operações de transferência de imóveis desapropriados para tal fim.

100. Adquire a propriedade rural por usucapião agrário aquele que, dentre outros requisitos,
- (A) não é proprietário de imóvel rural, mas pode ser proprietário de imóvel urbano.
 - (B) possua como seu imóvel rural, com área não superior a 50 hectares e tendo nele sua moradia.
 - (C) possua imóvel rural como seu, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família, ainda que não tenha nele sua moradia.
 - (D) possua como seu imóvel rural, por cinco anos ininterruptos, sem oposição e com área não superior a 100 hectares.
 - (E) possua imóvel rural como seu por três anos ininterruptos e sem oposição.